



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE-CCBS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS-I**

GUTIEREZ SANTA CRUZ CARDOSO

EVASÃO NAS LICENCIATURAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

GUTIEREZ SANTA CRUZ CARDOSO

EVASÃO NAS LICENCIATURAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso, de natureza artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino.

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C268e Cardoso, Gutierrez Santa Cruz.
Evasão nas licenciaturas [manuscrito] : desafios e perspectivas / Gutierrez Santa Cruz Cardoso. - 2020.
19 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2020.
"Orientação : Profa. Dra. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino, Clínica Academia Escola de Educação Física - CCBS."
1. Evasão escolar. 2. Nível superior. 3. Inclusão social. 4. Inclusão racial. I. Título
21. ed. CDD 613.7

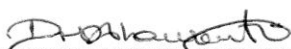
GUTIEREZ SANTA CRUZ CARDOSO

EVASÃO NAS LICENCIATURAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

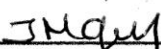
Trabalho de Conclusão de Curso, de natureza artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Aprovado em: 04/03/2020.


BANCA EXAMINADORA



Prof^ª Dr^ª Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª Dr^ª Jozilma de Medeiros Gonzaga (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª Dr^ª Maria Goretti da Cunha Lisboa (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Ele o guardará quando você for e quando
você voltar, agora e sempre.” (Salmos
121:8)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CREDOC	Programa de Crédito Educativo
COTAS	Programa de Inclusão Social e Racial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAADIS	Programa de Acompanhamento Acadêmico Discente da Graduação
PROGRAD	Pró - Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL.....	7
2.1	FIES	9
2.2	PROUNI	9
2.3	PNAES	10
2.4	SISU E INCLUSÃO SOCIAL E RACIAL.....	11
3	Evasão em Foco	11
3.1	Tipos de Evasão	12
4	PRAADIS	13
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	14
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
	REFERÊNCIAS.....	16

EVASÃO NAS LICENCIATURAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Gutierrez Cardoso Santa Cruz*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central discutir os possíveis motivos e dificuldades apresentadas para a evasão escolar no ensino superior, de forma específica, nas licenciaturas e os caminhos que buscam facilitar a solução desse problema. De forma específica, objetivo é identificar publicações que envolvam a evasão nas licenciaturas divulgadas em artigos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Dentro desse contexto foi realizado um levantamento da produção acadêmica utilizou-se à base de dados da SciELO, com recorte entre 2017 a 2019. Incluindo o tema central sobre evasão, foram localizados 10 artigos. Observa-se ainda que, no evento da evasão, os trabalhos estão dirigidos dentro dos programas do governo federal. A partir da análise surgiu três fatores referentes ao fenômeno de evasão que acontece junto ao tema em estudo: no curso, na instituição e no sistema das instituições. Intervenções que analisem as ideias dos responsáveis, professores e estudantes necessitam ser analisadas para proporcionar o triunfo acadêmico e a perseverança dos estudantes no curso até sua finalização.

Palavras-chave: Evasão. Licenciaturas. Nível Superior.

ABSTRACT

This paper aims, as its main objective, to discuss possible reasons as well as difficulties presented for school dropout in higher education, especially among undergraduate courses which focus on teaching and the paths that seek to facilitate the solution of this problem. In order to do so, we searched and selected publications involving the topic of dropout in higher education published in different articles. Methodologically, this is a bibliographic research since a selection of 10 academic productions about the topic, from the SciELO database between years 2017 and 2019, was used. It is also observed that such papers were directed within the programs of the federal government. From the analysis, three factors related to the dropout phenomenon are noticed: the major, the institution and the institutional system. Interventions that analyze the ideas of those responsible, teachers and students need to be revised in order to provide academic triumph and perseverance of undergraduates in the completion of their degrees.

Keywords: Dropout. Higher Education. Teaching Degrees.

* Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil. Contatos: gutierrez.cardoso@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Caro amigo leitor se você está lendo essas linhas é porque ficou interessado no tema proposto ou então na relevância que este presente artigo pode trazer para o seu crescimento acadêmico e até profissional. Bom, o tema acima foi sugerido com ajuda de orientação e busca sobre a evasão que ocorre nas licenciaturas no ensino superior, tendo como objetivo central discutir os possíveis motivos e dificuldades apresentadas para a evasão escolar no ensino superior, de forma específica, nas licenciaturas; e os caminhos que buscam facilitar a solução desse problema.

Analisando os artigos foi encontrado um determinado número de publicações referentes à problemática da evasão escolar nas universidades que abrangem não só o Brasil, mas em todo mundo, assim havendo uma curiosidade para saber se existem motivos que levam a não conclusão do curso referente aos discentes, as propostas das instituições, os incentivos e os desafios dentro de cada gestão do governo junto com as universidades para o acompanhamento de cada indivíduo no que tange a conclusão especificamente em cada curso na educação.

Nessa busca, encontramos em uma plataforma eletrônica pesquisas em artigos publicados nos anos de 2017 a 2019, onde estavam sendo citados alguns programas para a ampliação de vagas para o ingresso de estudantes recém-concluintes do ensino médio cujo sonho e convicções estão no rumo ao ensino superior dessa forma realçando o desenvolvimento de incentivos na educação brasileira, mas precisamente nas licenciaturas que é à base do nosso estudo e os desafios que rodeiam os pensamentos pedagógicos das vagas que serão preenchidas e acompanhadas ao longo da jornada, deixando bem claro que há distintas áreas de ensino que favorecem o crescimento do cidadão destacando-se também nas ciências exatas, humanas, saúde, urbanismo e etc.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo levantamento de dados realizou-se na plataforma da Scientific Electronic Library Online (SciELO), com base nos artigos publicados nos anos de 2017 a 2019, no idioma português, com a temática educação e pesquisa educacional, sua leitura foi realizada nos meses de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. As palavras chave foram: evasão, licenciatura e nível superior, porém para efeito de busca específica se deu como referência evasão e superior, no qual, foram encontrados 13 (treze) artigos científicos, mas só 10 (dez) estavam no seu conteúdo envolvendo o tema central no seu contexto. A seguir veremos uma breve exposição sobre os programas do governo federal.

2 Programas Educacionais do governo Federal

O nosso país vem passando por modificações na área comercial, judicial, política, religiosa e até no campo educacional, incluindo também as instituições de ensino superior (IES) sejam elas públicas ou privadas, na qual tem se caracterizado por excessivas renovações que vão desde transições, novidades e adversidades na organização dos currículos até novos modelos de oferecimento de cursos de graduação e aumento de vagas (MACEDO *et al.*, 2005; TRIGUEIRO, 2003).

Diante desse contexto, o governo federal tem direcionado recursos através de benefícios de programas e financiamentos oferecendo certas vantagens de inclusão e desenvolvimento de oportunidades por programas, nos quais, foram mais citados na leitura dos artigos o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para instituições de interesse privado com subsídios do próprio governo e após a finalização do curso

devera ser efetuado a quitação da dívida, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) para inclusão dos educandos em instituições públicas e privadas, viabilizando ainda mais o acesso aos estudantes seja eles trabalhadores ou não a terem ingresso ao nível superior com maior facilidade diante dos grandes desafios. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que beneficia com ajuda de custo o contemplado, desejando de alguma forma dar início ao curso, disponibilizando a ajuda no meio da locomoção, moradia e outros que serão citados na seção específica, outro programa é o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que expande a busca pelas vagas em todo território brasileiro e incluindo do mesmo modo o Programa de Inclusão Social e Racial (COTAS) com cerca de 50 % (cinquenta por cento) de oportunidades ligados aos discentes de escolas públicas e do censo do (IBGE) e por fim, o pioneiro Programa de Acompanhamento Acadêmico Discente da Graduação (PRAADIS) pelo próprio nome já diz, mas falaremos mais adiante. Correspondente a esse fato, segundo Boneti (2003) é importante que o Estado possibilite políticas públicas focadas ao ingresso de alunos de baixa renda ao ensino elevado.

Por outro lado, segundo (MORISINI et al., 2012) surge também a problemática da evasão, fenômeno que segundo alguns autores está vigente não somente no ensino básico, mas também está se desenvolvendo agora nas faculdades de todo o Brasil, tanto federais como estaduais, privadas e no mundo, da mesma maneira relatado como o acontecimento educacional complicado que ocorre em todos os exemplos de instituição de ensino e afeta o planejamento educacional como um todo. Algumas das razões segundo Lobo (2012) que causam a evasão são: o baixo rendimento e a fragilidade do ensino médio, que por sua vez em sua prática não garantem os conhecimentos suficientes para o pretendente a ingressar no ensino superior; o descontentamento com a baixa qualidade dos serviços ofertados pela IES; a escolha prematura da especialização profissional; as adversidades com a alimentação durante o tempo no curso, o próprio deslocamento para o ambiente de estudo e habituação na IES.

Segundo o que está sendo estudado, a evasão escolar e seu vínculo com as políticas públicas educacionais é um fato relativo (LATIESA, 1992), complexo, que se apresenta em todos os níveis de ensino, tanto em esfera internacional como nacional (COSTA et al., 2014; FIALHO, 2014; FREITAS, 2007; LOBO, 2012; LOBO ET AL., 2007; PLAT NETO; CRUZ; PFITSCHER, 2008; SILVA ET AL. 2016; SILVA FILHO, 2009; SOUZA; PETRÓ; GESSINGER, 2012). Essa fuga prejudica a todos, envolvendo os governos, as pessoas e o convívio social. Do mesmo modo é relatado o crescimento dos danos presentes nas instituições públicas porque não dizer as instituições privadas, com enormes quantidades de abandono (SOUZA; PETRÓ; GESSINGER, 2012). A respeito disso os países desenvolvidos e os em desenvolvimento tem incluído nos meios educacionais propostas para diminuir a evasão escolar e seus desafios através de programas e incentivos utilizando os impostos e recursos no que se trata na educação de um modo geral.

É sobre essa perspectiva de evasão nas licenciaturas que o presente artigo irá se desenvolver para os fins acadêmicos, no que diz respeito ao tema abordado em sua especificidade como será relatado nos artigos pesquisados durante as seções seguintes. A seguir serão abordados alguns programas do governo federal mais destacados em sua teoria, para aumentar o acesso de pessoas ao ensino superior, ajudá-los com manutenção na graduação com vistas à necessidade de gerar desenvolvimento, que possam fazer o país progredir com esses profissionais especializados.

2.1 FIES

O FIES veio substituir o antigo Programa de Crédito Educativo (CREDUC) criado em 1975, sua criação se deu pelo Ministério da Educação (MEC) logo após o governo de Fernando Henrique Cardoso em forma de Lei nº 10.260/2001 (BRASIL, 2015) o mesmo tem como objetivo apoiar através de meios financeiros a graduação de estudantes que se matriculam no ensino superior em instituições privadas cadastrados no sistema. Seu funcionamento se dá após cada início de semestre letivo, abrindo inscrições a candidatos que querem concorrer a um contrato de financiamento, aos que conseguem tem suas mensalidades pagas pelo governo com bolsas parciais. De acordo com o programa, o beneficiário não pode ter mais que uma bolsa assim escolhendo entre duas opções seja parcial ou integral não necessitando exclusivamente da nota do (ENEM), porém o curso precisa ter nota positiva pelo órgão responsável o (MEC) ao cadastro, só assim poderá efetuar seu ingresso pelo (FIES), vale lembrar quando terminam a sua vida acadêmica os discentes já formados precisam devolver o custo em parcelas que variam da instituição vigente para o governo, independente se o profissional estiver no mercado de trabalho ou não, no término do curso. O prazo máximo de tempo a esta quitação da dívida é 14 anos, gerando um grande desafio para conter as vagas ociosas no início e término do mesmo.

A partir do ano de 2015 foi imposto pelo MEC pontos de 450 pontos na prova objetiva do ENEM e superior a zero na redação como medida de autorização da bolsa de estudos. A autoridade administrativa ressaltou também que não autorizaria reajustes superiores a 6,41% pelas instituições de ensino que tiveram registros firmados (BRASIL, 2015).

O programa já foi ampliado para várias instituições particulares, como uma perspectiva de garantir mais pessoas qualificadas nas IES, mas a demanda das bolsas continua pequena em vista do número de pessoas que terminam o ensino médio e a relação dos custos referentes ao pagamento das mensalidades ao final do contrato. Alguns estudos mostraram que para a o desafio da contenção da evasão o FIES se mostrou negativa por conta do pagamento no final das parcelas devido à crise existente no país. Em seguida, será abordado o PROUNI de forma breve como mais um programa do governo Federal.

2.2 PROUNI

O PROUNI foi sancionado em 13 de janeiro de 2005, pela Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005), aumentando as universidades participantes, a maioria delas com fins lucrativos, conseguem receber isenções fiscais de impostos que antes recolhiam. O programa passou por bastantes modificações em sua definição, desde o comunicado oficial de que a proposta de lei seria dirigida ao congresso em 13 de maio de 2004, até a interpretação definitiva da lei, geralmente, para fixar as exigências das IES particulares e solidárias (PINTO; CUNHA, 2013).

O PROUNI é destinado aos estudantes concluintes do ensino médio da rede pública exclusivamente e aos que na rede privada de ensino tiveram bolsas integrais na própria escola, mais adiante tomaremos conhecimento de requisitos, em parte para se candidatar a bolsa é necessária ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano anterior a publicação do processo seletivo atual, que tenham também uma renda familiar até três salários mínimos por pessoa para

bolsas de até cinquenta por cento (50%) e de um salário e meio por pessoa aos que desejam a bolsas de cem por cento (100%) além de outros requisitos do regulamento aos concorrentes.

O programa disponibiliza vagas para autodeclarados pardos ou negros, indígenas ou de colégio particular na situação de bolsistas integrais com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, a mestres da rede pública de ensino no vigente exercício da docência da educação básica, para os cursos de licenciatura e, para estudantes portadores de necessidades especiais (BRANDÃO, 2005).

Os desafios já são bem conhecidos, a primeira é referente ao número de vagas serem menor que a quantidade de alunos que encerram o ensino básico, a infraestrutura restritiva ao que se referem aos aspectos políticos e burocráticos dentro e até equivalente fora das instituições do nível superior, mesmo que no Brasil seja direito de todas as pessoas o acesso à educação em diversos níveis, ainda assim, não dá para atender ao quadro de vagas dessa classe estudantil, que cresce a cada ano, e o desejo aprender novas informações para o mercado de trabalho ao ingressarem em uma universidade.

Isso é só para mostrar as variáveis particularidades de como o governo brasileiro usa meios de ampliar as oportunidades no nosso país em sua perspectiva, para que haja desenvolvimento da sociedade como um todo através desses incentivos. Alguns estudos mostraram dentro dessa leitura que para a contenção da evasão o PROUNI se mostrou eficaz por conta das vantagens que o estudante encontra para o engajamento no ensino superior e em muitas das vezes não se preocupam com o pagamento no final, caso estejam contemplados pela bolsa gratuita devido à crise existente no país e possui ter mais a participação do governo. Em seguida, falaremos do PNAES que consiste em mais uma perspectiva de ampliar a ajuda de custo ao acesso às diversas instituições.

2.3 PNAES

O PNAES foi sancionado em 10 de dezembro de 2010, pela lei Decreto Presidencial nº 7.234/2010. Com o desafio de proporcionar a inclusão social, popularizar as circunstâncias de continuação dos estudantes inscritos em cursos de graduação presencial e refrear os índices de retenção e evasão.

As universidades por sua vez têm autonomia em utilizar os recursos disponibilizados pelo programa de acordo com suas necessidades administrativas, os benefícios são: moradia estudantil, transportes, creche, alimentação, atenção à saúde, cultura e entretenimento, inclusão digital, esporte, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Visando contribuir para a melhora do desempenho acadêmico do estudante de forma eficaz, tentando minimizar ou evitar as repetências e evasões, sem essa possibilidade de mudança o inverso deste contexto acarretaria um alto custo para o governo e o instituto.

De acordo com Vasconcelos (2010) no qual declara que o auxílio estudantil tem como intuito de providenciar os recursos necessários para modificação das dificuldades e superação dos obstáculos ao bom comportamento acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se no decorrer da graduação e obtenha uma boa representação curricular, reduzindo, assim, a proporção de abandono e de trancamento de matrícula. Em seguida, trataremos sobre o SISU.

2.4 SISU E INCLUSÃO SOCIAL E RACIAL

O SISU foi criado no ano de 2010 pelo governo federal e sendo adotado gradativamente pelas universidades como forma de trazer menos custos nas realizações das provas, hora feitas antes por cada instituição (isso era realizado em todo território brasileiro), e mobilizando as demais escolas e estabelecimentos do estado, com o intuito de classificar através de seleção os alunos concluintes do ensino médio. O grande desafio era agora que o próprio concorrente estudasse para as demais provas já que a necessidade de engajar em um ou mais cursos superiores era de tamanha e suma importância dependendo da dificuldade. Outro desafio era a mobilidade, anteriormente não tinha o pensamento de fazer um curso em outra região do país diminuindo a diversidade cultural, uma vez que era mais reservado para pessoas que disponibilizavam renda superior que financiasse o seu deslocamento, seu alojamento nas repúblicas universitárias, isso quando conseguia a vaga, impossibilitando a interação de outros estudantes com as culturas em diversas áreas. Com esse objetivo o Sistema de Seleção Unificada veio reduzir os custos no que diz respeito nas realizações das provas, uma melhor mobilidade já que agora os estudantes não precisariam estar estudando para as provas de processos seletivos diferentes e nem se preocupar com o seu deslocamento até o local. Nessa ocasião surge também a iniciativa pelo congresso a Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012), conhecida como Programa de Inclusão Social e Racial (COTAS), (BRASIL, 2012) aumentando assim o número de inscritos e beneficiados na concorrência no ensino superior. Foi então que em 2016 ampliou-se a oferta das instituições para a reserva de vagas com cinquenta por cento aos alunos de escolas públicas com renda inferior a um salário mínimo e meio, e metade delas para pardos, pretos e indígenas da população onde se encontra a instituição, sugerido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As dificuldades encontradas são o preenchimento das vagas para o início do ano letivo nas próprias instituições de ensino, geralmente esperando os candidatos virem e se matricularem no sistema, infelizmente algumas universidades começam mais atrasados em seu período letivo. Em seguida será abordado o tema central proposto desse artigo.

3 Evasão em Foco

Em definições gerais o termo *evasão* significa o não término de uma unidade pedagógica (formação escolar, curso, treinamento, qualificação, especialização ou qualquer outra variante educacional) que encaminhe o alunado a uma aprendizagem qualificada (FIALHO, 2014).

De acordo com Ferreira (2000) *evasão* significa ato de evadir-se; fuga, mas no contexto da literatura internacional em que essa palavra está sendo pesquisada, não há uma definição concreta sobre a mesma, pois a *evasão* é um acontecimento que pode se manifestar de diversas formas, conforme: a competência de *evasão* (curso, instituição ou sistema), a origem da escolha de *evasão* (do estudante ou desmembramento pela instituição), ao aspecto de *evasão* (abandono, transferência, desligamento), a etapa de *evasão* (se temporária ou definitiva) e a ocasião do curso em que a *evasão* ocorre (anos iniciais, intermediários ou finais) (POLYDORO, 2001).

Tudo isso afeta os resultados dos sistemas educacionais o Brasil trazendo ineficiência no que diz respeito ao uso dos recursos sociais, políticos, econômicos na região que ocorre esse fenômeno de *evasão*, quando os estudantes começam e não terminam o curso superior gera um desinteresse de educadores, servidores

administrativos e no financiamento da infraestrutura (LOBO, 2012). Há diferentes tipos de evasão que se será relatado na próxima seção.

3.1 TIPOS DE EVASÃO

Como já foi dito é de essencial importância conhecer a distinção entre a evasão do curso, da instituição e do sistema (LOBO; LOBO, 2012, MOEHLECKE, 2007). A evasão do curso diz respeito à saída dentro da mesma instituição para outras áreas correspondentes na mesma universidade ou faculdade, já a evasão da instituição é a saída para outra IES seja privada ou pública, mas no último caso a evasão do sistema é o aluno desistir de vez do curso e da instituição. Os motivos que levam a saída são diversos, porém, os que se destacam mais são: financeiros, familiares, psicológicos, individuais, emocionais, vínculos empregatícios se tratado do estudante ser responsável da renda familiar, além daqueles que envolvem a escolaridade do indivíduo em sua educação básica, a didática do plano de curso da própria universidade e o término no nível superior se houver greves e outras paralisações.

A realidade do aluno com as responsabilidades acadêmicas reflete nessa integração, no qual, o próprio desempenho depende de que o mesmo tenha interações com informações frequentes e satisfatórias com o corpo docente e técnico administrativos das universidades. Nesse ponto de vista, baseada na teoria da escolha racional, o aluno abandona se ele compreender que existem outros meios de empregar seu tempo, interesses, auxílios capazes de lhe proporcionar benefícios mais altos, em associação aos gastos, caso prossiga na instituição educacional (TINTO, 1975).

Em contrapartida, as instituições não oferecem opções, como ela tem um compromisso, da quais se originam certas perspectivas relacionados ao aluno (COSTA et al., 2014), se o mesmo não produz, nem contribui e mostra baixo desempenho e por conseguinte, fica mais sujeito na ideia da possibilidade de se evadir-se, sem olhar aos prejuízos e problemas imensos que tal atitude pode trazer aos cofres universitários e o que não dizer da região, não havendo o crescimento por falta desses profissionais da educação formados no tempo previsto.

Sem essas informações a nova turma que está entrando às universidades nos anos iniciais segundo alguns autores se torna mais difícil à assimilação do impacto que causa no abandono do curso durante seus períodos, o começo do primeiro ano na universidade caracteriza-se como um espaço totalmente preocupante, capaz de estimular dificuldades e contratempos, sendo decisivo nas referências de andamento do estudante ao longo de seu percurso universitário (ALMEIDA; SOARES, 2003).

A falta de informações sobre o curso, da própria instituição e do sistema, leva o estudante a ficar perdido em um universo totalmente diferente da sua rotina costumeira, afetando muitas vezes a adaptação no sistema acadêmico. Além da dificuldade de assimilar os conteúdos, devido ao tempo de conclusão do ensino médio, pois precisa muito que o aluno ingressante ao ensino superior tenha uma base mais recente do ensino médio em sua conclusão como exemplo: química, física, biologia e outros. Alunos que chegam mais recentes do ensino básico têm mais chances daqueles que já terminaram há muito tempo o antigo ensino médio, é um dos desafios e perspectiva que poderá levar a pesquisas futuras aos fatores essenciais do conhecimento acadêmico em artigos, teses ou até dissertações.

Outro fator importante é quando os estudantes exercem trabalhos fora do ambiente escolar, ao exemplo dos responsáveis pela renda familiar que após a

jornada de trabalho vem para sala de aula, isso dificulta ainda mais a aprendizagem, segundo aponta a literatura. Ajustar a situação de estudante e de assalariado é classificado como um fator desfavorável para o prosseguimento e a conclusão do curso, diferencialmente da circunstância de estudante de período integral, que possui imensa liberdade de tempo para desempenhar seus estudos (VARGAS; PAULA, 2013; ARROYO, 1991). Existem sim casos particulares em que o próprio estudante trabalhador consegue conciliar a jornada de trabalho e o período na faculdade com muita dificuldade, geralmente por ter definido em seus pensamentos os seus objetivos, um deles é a luta incessantemente para se inserir no mercado de trabalho mais especializado e com mais chances de aumentar sua renda familiar, nesse esforço facilitou a percepção de alguns professores nos artigos que foram lidos no contexto dessa pesquisa que notaram a diversidade desses estudantes de diferentes pensamentos no mesmo cotidiano escolar, essa eventual condição do estudante trabalhador vai além da frequência às aulas ou da realização de estudos ou tarefas, demandando a formação de vínculos, diálogos e a realização de tarefas com outros estudantes. Semelhantes procedimentos envolvem tempo e constitui um desafio maior para esses que precisam ajustar o tempo entre a vida trabalhista, pessoal e de estudante (COULON, 2008, citado por SOARES; SAMPAIO, 2013). Já os alunos que estudam em tempo integral têm maior participação de atividades voltadas às áreas acadêmicas como: congresso, simpósios, monitorias, estágios e cursos especializados. Mas gera uma perspectiva e o desafio de como as universidades podem reavaliar e acompanhar tais estudantes que precisam de um apoio maior na sua formação até a etapa de conclusão depois que se evadem nos dois primeiros casos. Sobre esse tema a evasão nas licenciaturas surge então uma estratégia pioneira na Universidade Estadual da Paraíba que leva o/a estudante repensar sobre o seu reingresso à universidade e a conclusão do curso, a seguir falaremos sobre o programa de acompanhamento acadêmico discente da graduação (PRAADIS).

O Programa de Acompanhamento Acadêmico Discente da Graduação chamado de (PRAADIS), que é pioneiro na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tem o fundamental papel para aqueles estudantes que estão com dificuldades de aprendizagem acadêmica, realizando uma seleção criteriosa para reingresso de alunos no curso de origem.

4 PRAADIS

O Programa foi criado no dia 2 de Julho de 2019 pela Resolução UEPB/CONSEPE/0216/2019 após uma reunião feita no auditório da biblioteca central, no campus de Bodocongó apreciado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que aprovava o Programa de Acompanhamento Acadêmico Discente da Graduação (PRAADIS), com o objetivo de proporcionar ao discente com dificuldades acadêmicas de aprendizagem o apoio institucional, o qual será coordenado pelo Pró – Reitoria de Graduação – PROGRAD (UEPB, 2019).

Segundo a PROGRAD (Pró - Reitoria de Graduação), através da parceria da graduação no próprio sistema a cada semestre será lançado um edital que por sua vez abre oportunidade para os estudantes tentarem uma vaga disponível no curso do qual fazia parte, as regras são as seguintes: as inscrições para o reingresso do Curso de Graduação na UEPB ao semestre letivo são exclusivamente feitas no endereço eletrônico da própria instituição dentro de um prazo estipulado, em

seguida o sistema lança as condições para os estudantes que pretendem concorrer, primeiro precisa ser no mesmo curso e campus, segundo, precisa está em situação de abandono no máximo 5 (cinco) anos, terceiro, ter no máximo o pedido de 2 (dois) reingressos registrados no histórico acadêmico, e, por último, haver no sistema disponibilidade para atual vaga. Podendo concorrer também especialmente à vaga os estudantes que tiverem no máximo 10 (dez) anos de abandono e que tenham no seu currículo somente a pendência o TCC e/ou Estágios para a conclusão do curso.

O quadro de vagas é distribuído de acordo com o campus, curso, período e turno gerado pelo sistema, a prioridade é para o currículo vigente recente para reajustar o componente acadêmico antigo, se houver necessidade de complementar terá o aumento de alguns componentes curriculares previstos no Projeto Pedagógico do Curso, ressaltando que o contemplado não pode estar com mais de duas pendências curriculares anteriores ao ano do edital.

Após essa etapa vem à classificação, que se dá com o pareamento do coeficiente de rendimento escolar em ordem decrescente, se houver empate haverá uma busca pela melhor média no processo seletivo para o ingresso no curso. Durante esse período os concorrentes esperam a análise das solicitações do órgão competente e a publicação do resultado final. A vocês leitores essa espera parece como a de quando era o antigo vestibular, umas das motivações para o estudante continuar caso passe é a sensação de estarem de volta ao lar. Enfim, logo depois de deferidos o resultado cada pessoa deverá fazer a matrícula na coordenação do curso, com a condição de não trancar a matrícula no semestre do reingresso, se houver vagas para mudanças do campus ou transferência voluntária poderão ser realizadas, se estiver disponíveis no sistema no calendário acadêmico. Reiteramos que para alguns estudantes já em posse da matrícula terão de assumir um termo de compromisso com a leitura e a assinatura legível do contrato. Caberá agora o acompanhamento da própria universidade junto com os setores competentes o andamento do alunado dentro do curso para evitar outra evasão sendo um desafio maior agora.

Como já foi relatado anteriormente o programa é pioneiro, não se tem estudos e artigos referentes com análises dos estudantes e entrevistas com os mesmos, seja em forma de parâmetros na sua avaliação com base na sua participação no programa do PRAADIS e eventualmente o acompanhamento para a sua conclusão do curso dentro das universidades, embora exista uma nova perspectiva como de um novo recomeço para os reingressos, gera o desafio real no cumprimento de ambas as partes para a tão sonhada realização profissional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo específico desse trabalho foi verificar em artigos as divulgações sobre as possíveis perspectivas e desafios apresentadas para a evasão escolar no ensino superior especificamente nas licenciaturas. Assim foi investigado dentro da plataforma da Scientific Electronic Library Online (SciELO) 10 publicações de artigos científicos referentes ao objetivo central e identificamos que haviam programas existentes que aumentavam o número de vagas possibilitando novas oportunidades, mas a respeito da evasão os programas do governo federal que continham esse teor na sua maioria não conseguiram frear de modo significativo o problema envolvendo a saída dos estudantes ingressantes logo após a expansão dessas vagas para contenção da evasão.

Dos resultados obtidos, em relação à produção de trabalhos na área objeto de discussão encontramos os seguintes artigos que estão relacionados: O primeiro, a produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. ELISABETH, C. M.; CUNHA, M. J.; SILVA, T. L.; Que segundo os autores, conclui-se que a evasão é um fenômeno que interfere ao desenvolvimento do ensino superior no seu crescimento. O segundo, evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. OLIVEIRA, F. et al. Comenta os autores, o conceito sobre evasão em sua definição, eficiência e eficácia ainda esta sendo questionável e precisa ser revisto nos cursos ate que chegue a algum resultado exato.

O terceiro, taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. LIMA, P. et al. Segundo os autores, o conceito de evasão não é tão importante na teoria e sim o que ocorre na pratica ao descobrir onde os estudantes foram e o porquê foram. No quarto artigo, evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. MARIA, E. T. P.; GABRIELLA, M. D. F.; Segundo os autores, precisa ter por parte da gestão a percepção do problema da evasão caso iniciada de natureza pedagógica ou na própria universidade para obter resultados necessários à diminuição do problema.

No quinto, eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. MANIÇOBA, A. S.; CAROLINI, B. S. S; Segundo os autores, as políticas públicas voltadas à análise do impacto da evasão poderiam verificar os efeitos adversos da perda dos recursos e na receita nas universidades e o PROUNI se mostrou o programa que tem maior contenção, porém precisa demais estudos sobre o assunto aos demais. No sexto, a evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. SILVA, J. S. J.; CRISTINA, G. M. R.; Ao descrever, os autores dizem ter uma grande necessidade de realizar mais estudos a respeito do fenômeno da evasão, pois ela não abrange somente a educação e sim vários cursos da graduação de um modo diversificado e apela para pesquisas especificas sobre o caso.

No sétimo, retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. MACIEL, J. S. L. et al. Segundo os autores, é existente a necessidade de uma união entre os gestores, professores, estudantes para o combate da evasão no curso, mais melhorias na instituição e nos horários adequados para a ministração das aulas, as ofertas de disciplinas e a integração entre os estudantes diurnos e noturnos foram pontos marcantes nessa pesquisa. No oitavo, promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. MARQUES, C. M. N. et al. Segundo os autores, a evasão foi tratada como uma estratégia de mudança de curso e não o simples abandono, porém com a implementação do SISU o processo de ocupação das vagas ficou pouco favorável ao preenchimento das vagas ociosas.

No nono artigo, áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. MARIA, A. J. A.; ANTÔNIO, M. P. T.; Segundo os autores, é preciso fazer estudos científicos voltados à assistência em estudantes que estão participando do programa PNAES na avaliação do controle da evasão. Finalizando o décimo, o PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. DIAS, D. C.; IRACEMA, N. B. F.; De acordo com a perspectiva da pesquisa, deve haver medidas alternativas para a fiscalização das isenções e preenchimentos de vagas durante a matrícula e o andamento em todo o período

letivo, evitando como consequência o desperdício de recursos nas universidades com pessoas beneficiadas nesse programa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cima dessas leituras constatamos variadas particularidades de cada programa e baseado nesse problema da evasão o PROUNI há uma possibilidade de contribuir com a redução na evasão que em outras não tiveram, deixando claro que fica difícil só com esse estudo mostrar uma solução concreta das diferentes pesquisas dentro dessa perspectiva no tema. A própria palavra evasão não existe um significado concreto e a ocorrência se dá eventualmente como um fenômeno para ter um controle sobre a mesma. A saída de estudantes na educação superior necessita ser assimilada e abordada para que a continuação do aluno na universidade seja avaliada e sugerida como princípios e atuação necessária à disseminação dessa circunstância na educação. Desta forma, compete aos órgãos, programas, universidades, sistemas e estudantes para uma reflexão e melhoria no acompanhamento desse assunto no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: MERCURI, E. ; POLYDORO, S. A. J. (Org.). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral, 2003. p. 15-40.

BONETI, Lindomar Wessler (Coord.). **Educação, exclusão e cidadania**. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003.

BRANDÃO, Carlos da F. **Política educacional para a educação superior brasileira na última década**. Piracicaba: Impulso, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. **Programa Universidade para Todos**. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5493.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Lei das Cotas**. Brasília, DF: Casa Civil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC relata mudanças no FIES**. 2015. Disponível em: <<http://www.fies2015.com/mudancas-no-fies-2015.html>>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **O Programa de Financiamento Estudantil**. 2015. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos **Relatório da Comissão para definição da classe média no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Relatório-Definição-da-ClasseMédia-no-Brasil.pdf>> Acesso: 22 set. 2019.

COSTA, A. F. et al. Um modelo teórico e metodológico: análise do sucesso, insucesso e abandono no ensino superior. In: COSTA, A. F.; LOPES, J. T.; CAERANO, A. (Org.). *Percursos de estudantes no ensino superior: fatores e processos de sucesso e insucesso*. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.

DIÁRIOS OFICIAIS. **Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOEPB)**: seção 8, Campina Grande, PB, ano 2019, n. 4, p. 8, 4 jul. 2019. Processo nº. 06.590/2019. Resolução/UEPB/CONSEPE/0216/2019.

FERREIRA, AURÉLIO. **Mini Aurélio Século XXI Escolar**. 4. ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIALHO, M. G. D. A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba. 2014. 107 f. (Dissertação – Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FREITAS, K. S. Gestão educacional e evasão de estudantes. Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/225.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019

LATIESA, M. *La deserción universitaria*. Madrid: As de España, 1992.

LOBO, M. B. C. M. *Panorama da evasão no Ensino Superior Brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções*. Brasília, DF: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2012. (Cadernos, vol. 25), 2012.

LOBO, Maria Beatriz de C. Melo. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **Cadernos ABMES**, Brasília, n. 25, p. 1-23, dez. 2012. LOBO, R. L. et al. A evasão no Ensino Superior Brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-59, 2007.

MACEDO, A. R. et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. educ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005.

MOEHLECKE, S. Avaliação institucional no ensino superior: como acompanhar a trajetória dos estudantes de Graduação? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23.; CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE POLÍTICA E ADINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 5.; COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1., 2007, Porto

Alegre, RS. Brasília, DF: Anpae, 2007. (Cadernos Anpae, nº 4). Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/401.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MOROSINI, Marília Costa et al. A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos qualis entre 2000-2011. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2., 2012, Managua-Nicaragua. Anais... Managua: Clabes, 2012. p. 1-10.

PINTO, Marialva M.; CUNHA, Maria Isabel. Qualidade da educação superior: o PROUNI na inclusão e democratização do acesso. **Revista educação em rede: formação e prática docente**, Cachoeirinha, v. 2, n. 2, 2013. PLAT NETO, O. A.; CRUZ, F.; PFITSCHER, E. D. Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas universidades públicas. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC*, v.2, n. 2, p. 54-74, 2008.

POLYDORO, S. A. J. et al. Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior. **Psico USF**, Bragança Paulista, v. 6, n. 1, p. 11-17, 2001.

SILVA FILHO, J. P. As reprovações em disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) no período de 2000 a 2008 e suas implicações na evasão discente. 2009. 71 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, 2009.

SILVA, P. B. C. et al. Sobre o sucesso e o fracasso no ensino médio em 15 anos (1999 e 2014). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 91, p. 445-76, abr./jun. 2016. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200009>>
SOARES, M. L. A.; SAMPAIO, S. M. R. Reflexões acerca de ser um estudante trabalhador em uma universidade pública brasileira. **Revista Congreso Universidad**, La Habana, v. 2,n.2, p. 1-9, 2013.

SOUZA, C. T.; PETRÓ, C. S.; GESSINGER, R. M. Um estudo sobre evasão no Ensino Superior do Brasil nos últimos dez anos. II CLABES Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesII/LT_1/ponencia_completa_44-.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

TINTO, V. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research*, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Reforma universitária e mudanças no ensino superior no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2003.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, jan./jun., 2010.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela pessoa que Ele é nas nossas vidas e sua imensa graça revelada no nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo e o Divino Espírito Santo amado.

À toda a nossa família pelo apoio em palavras e ações em todo o período do curso.

A todos os professores que se empenharam para ministrar suas aulas com paciência e muita dedicação.

À equipe de funcionários da Universidade Estadual da Paraíba que demonstraram o apoio e trabalho desde a entrada e saída durante as aulas.

Aos amigos por terem dado forças onde não havia, coragem e muita experiência de vida superada na vivência do curso em si e fora.

Aos diretores das escolas que passamos nos estágios supervisionados por sua atitude de permitir colocar em prática o que aprendemos em sala de aula.

À Prof. Dr^a. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino, por nunca ter desistido de mim e sua grande e imensa paciência de me suportar quando não havia mais jeito.